



GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO,
E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Considerando, por fim, que o Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI tem por objetivo incentivar e estimular o desenvolvimento sócio-econômico do Estado de Sergipe.

Considerando a decisão do CDI em reunião realizada no dia **14/05/2020**;

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar como necessária e prioritária para o desenvolvimento do Estado de Sergipe a empresa **MOINHOS DE TRIGO INDÍGENA S.A.**, inscrita no CNPJ nº 88.447.032/0010-71 e Inscrição Estadual nº 27.000.031-3.

Art. 2º - A título de incentivos e estímulo de que trata a Legislação pertinente, é concedido à referida empresa o **apoio fiscal** de que trata o Artigo 3º, Inciso IV, alíneas **a, b e c** da Lei nº 3.140, de 23 de dezembro de 1991, e suas alterações subseqüentes, nas seguintes condições:

I – Diferimento do ICMS, em relação às situações abaixo indicadas:

a) nas importações, do exterior, de máquinas e equipamentos necessários à produção e destinados a integrar o ativo fixo da empresa, bem como do diferencial de alíquota nas aquisições inter-estaduais, sendo que neste último caso, apenas relativo a bens de capital novos;

b) nas importações de matérias-primas, material secundário e de embalagem, utilizados exclusivamente na produção dos bens incentivados;

II - Recolhimento do ICMS no percentual equivalente a 8% (oito por cento) do imposto devido;

§ 1º. Quanto ao ICMS diferença de alíquota a que se refere a alínea “a” do inciso I deste artigo, somente ocorrerá o recolhimento do imposto, se houver a desincorporação do bem antes de completados 48(quarenta e oito) meses de sua aquisição.

§ 2º. O recolhimento do “ICMS importação” a que se refere à alínea “b” do inciso I deste artigo, dar-se-á no quinto dia útil do sexto mês subseqüente, contados a partir da data indicada na Declaração de Importação (DI), com observância dos prazos, percentuais e destinos.

Art. 3º - A fruição dos benefícios estatuídos pelo Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial – PSDI, discriminados no artigo 2º desta Resolução, refere-se à fabricação dos produtos constante na Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE, em nível de classe, do seguinte código:

10.62-7 – Moagem de Trigo e fabricação de derivados;

Art. 4º - O benefício fiscal expresso no Art. 2º, se resultar em saldo credor da conta do **ICMS** a favor da empresa, não implicará em desembolso de qualquer natureza por parte do Tesouro do Estado.

Art. 5º - O prazo de duração e de fruição, a que se refere o Artigo 2º desta Resolução será de 10(dez) anos.

Art. 6º - Os benefícios de que tratam esta Resolução poderão ser alterados, em caso de legislação federal, editada posteriormente a esta Resolução, assim o determinar.

✍